



FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO EM ITAPEJARA D'OESTE/PR: TRANSPORTE ESCOLAR EM QUESTÃO

Ivania Piva Mazur

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão,
ivaniazinha_piva@hotmail.com*

Resumo: O presente artigo se constitui enquanto um recorte da pesquisa concluída em 2016, que investigou o processo de fechamento das escolas do campo do município de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná. A pesquisa fundamenta-se pela abordagem qualitativa de análise dialética das questões investigadas, das informações ou dados correspondentes a partir da tipologia metodológica de estudo de caso, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e análise documental. Seu objetivo geral foi analisar o processo de fechamento e tentativas de fechamento das duas únicas escolas com oferta dos anos finais do Ensino Fundamental no campo em Itapejara D'Oeste. Entre os resultados da pesquisa evidenciou-se o papel determinante da oferta e organização do transporte escolar para o fechamento e tentativas de fechamento das escolas no campo ocorridos a partir da década de 1990 até a atualidade no município. Historicamente os poderes públicos tem tomado suas decisões relacionadas à educação pautando-se em uma visão apenas economicista com o intuito de conter gastos, visão esta que tem como pano de fundo as políticas neoliberais que estabelecem um estado mínimo para os serviços sociais, entre eles a educação. A pesquisa realizada salienta que os processos de fechamento de escolas no campo têm reforçado o descaso histórico com a educação dos povos do campo. Destaca também que as resistências dos poderes públicos locais em realizar mudanças no transporte escolar direcionando os estudantes das proximidades das escolas no campo para estas instituições escolares, além de desrespeitar dispositivos legais, também reforçam a negação ou a invisibilidade dos povos do campo enquanto sujeitos de direitos, portadores de cultura, conhecimento e de um modo específico de viver e trabalhar.

Palavras-chave: Fechamento de escolas no campo, Transporte Escolar, Nuclearização de escolas, Povos do campo.

1- Introdução

O município de Itapejara D'Oeste, localizado na região Sudoeste do Paraná, tornou-se município em 1964¹ (IBGE CIDADES, 2015). Possui uma população total de 10.532 habitantes (IBGE Censo 2010), sendo que 3.544 residem no campo, distribuídos em dezenove comunidades. Assim, 33,65% da população itapejarense ainda se mantém no campo. Nossa pesquisa constatou a existência de um total de 44 escolas no campo em Itapejara D'Oeste ao longo de sua história². Porém, apenas duas destas instituições escolares permanecem ativas no campo. Assim, chegamos ao resultado de 42 escolas fechadas no campo neste município!

¹ Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril, com instalação em 14 de dezembro de 1964.

² Com exceção das escolas que integraram nosso estudo de caso: Escola Estadual de Lageado Bonito (cessada a partir de 1999) e Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, as demais foram escolas limitadas à oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental, eram multisseriadas, em sua maioria com um único professor e leigo, marcadas por múltiplas carências e altos índices de evasão e repetência.



Apenas a comunidade de Barra Grande mantém suas duas escolas em funcionamento. Trata-se de um prédio escolar no qual funcionam em dualidade administrativa a Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi e o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. A Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental e também realiza o atendimento dos estudantes da Educação Infantil com idade para a turma pré-escolar³ atendendo neste ano de 2016 um total de 29 matrículas. O Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes oferta os anos finais do Ensino Fundamental atualmente e atende neste ano de 2016 um total de 37 matrículas. Ao longo das últimas duas décadas esta instituição escolar vem enfrentando tentativas de fechamento. Diante dessas tentativas a comunidade escolar e local sempre se mobilizou e tem evitado até então que isto se efetivasse.

Como vimos acima, ambas as instituições escolares ainda ativas no campo possuem número reduzido de estudantes o que as colocam em risco de fechamento. Diante do número de escolas já existentes no campo em Itapejara D'Oeste e diante do dado que nos mostra que parcela significativa da população itapejarense ainda se mantém no campo, como explicar o esvaziamento de matrículas no único prédio escolar que ainda permanece em funcionamento no campo neste município?

A busca de compreensão de tal contradição nos conduziu a vários determinantes, entre eles está o processo de nuclearização das escolas e a oferta e organização do transporte escolar neste município. É disso que tratamos nesse artigo.

2- Breve contexto sobre o transporte escolar e fechamento de escolas no campo no Brasil a partir de 1990

Processos de consolidação ou nuclearização de escolas no Brasil e, portanto, fechamento de escolas datam a partir de 1970⁴. Mas é a partir da década de 1990 que se intensificam. De acordo com Farias (2013, p. 74), embora desde os anos 1970 o Brasil presenciasse uma queda acentuada da população do campo, o fechamento de escolas não ocorreu de forma intensa. É a partir de 1990, que passa a ocorrer “numa proporção assustadora”.

Torres, Silva e Moraes (2014) contribuem para a compreensão da intensificação de processos de fechamentos de escolas no campo a partir da década de 1990 até a atualidade. Segundo os autores, tais processos estão presentes em um momento histórico de

³ Porém as matrículas destes são efetivadas legalmente em uma escola urbana.

⁴ Vasconcellos (1993); Ramos (1991); Tibucheski (2011); Leske (2014).



implementação ou intensificação das políticas neoliberais do capitalismo em vários países, estabelecendo o Estado Mínimo para os direitos sociais, estando inclusa a educação. Tais políticas têm por objetivos minimizar a atuação do Estado na manutenção das instituições públicas de educação (LESKE, 2014), têm por objetivos a “privatização de estatais e o desmantelamento dos serviços públicos” (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 03).

Em tempos de políticas neoliberais,

[...] em nome da racionalidade técnica e da otimização dos padrões das escolas, se estabeleceu a necessidade de realizar o fechamento das escolas consideradas pequenas, impulsionando uma política de transporte escolar, levando os estudantes do campo para a cidade ou à negação da escolarização aos sujeitos que no campo vivem (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 03).

Ferreira e Brandão (2012) observam que em 1994, através da Portaria Ministerial nº 955, de 21 de junho, é criado o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE ou PNATE). Com isso, os municípios, estados e distrito federal passam a receber verbas do governo federal para auxiliar no transporte dos alunos, sendo que a partir de 1995 tem-se início, de forma mais massiva, o transporte de alunos de regiões rurais para centros urbanos.

Com isso, ocorre um processo de fortalecimento das políticas de nuclearização de escolas no campo (MARIANO e SAPELLI, 2014, p. 09), acentuando-se assim as políticas de fechamento de escolas públicas, sobretudo as do campo, havendo uma política de “supervalorização do transporte em detrimento das escolas do campo” (FERREIRA e BRANDÃO, 2012, p. 08).

Sob vários argumentos, os poderes públicos municipais justificaram a prática de “trocar escola por ônibus” (FARIAS, 2013, p. 68). Ferreira e Brandão (2012) enfatizam que o principal deles, e que se tornou mais contundente diante da diminuição das populações rurais, é a justificativa da insustentabilidade financeira para manter as escolas no campo.

No estudo de caso que realizamos, embora alguns discursos dos representantes dos poderes públicos indicassem outras justificativas, esse foi o motivo principal encontrado nos relatos das populações atingidas e nos documentos consultados sobre o fechamento ou tentativas de fechamento das escolas em estudo e nas situações de nuclearização, em sua maioria, nas cidades.

Professora Clemair Terezinha Ruffato Bertol⁵, chefe do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco a partir de 1995, período este de intensos fechamentos de escolas no

⁵ Nomeada pelo Decreto nº450 de 24 de fevereiro de 1995 para exercer o cargo de Chefe de Núcleo Regional da Educação a partir de 01 de fevereiro de 1995. Segundo Bertol (2015) permaneceu na chefia do NRE de Pato



campo e nuclearização nas cidades, relata que o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR)⁶ tinha controle do número de estudantes e do repasse de verbas para cada região. Encaminhava os valores para o município e o município repassava para as escolas. Diante do número reduzido de estudantes das escolas no campo, o FUNDEPAR juntamente com a Secretaria de Estado da Educação (SEED) consideravam inviável a manutenção dessas escolas.

Assim, Bertol (2015) afirma que o FUNDEPAR e SEED passaram a exigir que os NREs realizassem “o mais rápido possível o fechamento das escolas, diminuindo as despesas do estado”. Para realizar este trabalho o NRE tinha uma equipe que realizou o “convencimento” junto às equipes dos municípios (Secretaria Municipal de Educação, coordenadores de escola, diretores).

Durante toda a entrevista com Bertol (2015) o fechamento das escolas no campo sempre apareceu atrelado a conduzir, por meio do transporte escolar, os estudantes e inclusive a professora do campo para a cidade. Em nenhum momento fez menção em transportar os estudantes das escolas no campo fechadas para outras escolas no campo, sempre para a cidade.

Em relação ao argumento da insustentabilidade financeira para manter as escolas no campo, este vem sendo questionado ou mesmo rebatido por alguns autores⁷. Além disso, a partir dos relatos dos entrevistados é possível perceber contradições em relação a esse argumento de fechar escola no campo para economizar. Bertol (2015), por exemplo, ao afirmar que na época das nuclearizações existiam pouquíssimas escolas com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio no campo, declara que foi necessário construir inúmeras salas de aula nas cidades devido ao grande número de matrículas que passaram para a zona urbana “[...] nós tínhamos que atender até 40 alunos em sala [...] foi uma época difícil também, que não tínhamos espaço o suficiente [...]” (BERTOL, 2015).

Branco, Estado do Paraná durante seis anos. Concedeu-nos entrevista na data de 17/06/2015.

⁶ O Decreto nº 1776, publicado no Diário Oficial em 19 de novembro de 1992 alterou a denominação: de Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR para Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. Segundo o regulamento em anexo a este decreto “O FUNDEPAR, criado pela Lei nº. 4.599, de 03 de julho de 1962, modificado pela Lei nº. 7.253, de 27 de novembro de 1979 e transformado pela Lei nº. 9.663, de 16 de julho de 1991, é entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio e receita próprios, autonomia administrativa, técnica e financeira, vinculada à Secretaria de Estado da Educação, nos termos dos artigos 92 e 112, da Lei nº. 8.485, de 03 de junho de 1987”.

⁷ Ferreira e Brandão (2012); Mariano e Sapelli (2014); Ramos (1991); Vasconcellos (1993).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

3- Nuclearização e fechamento das escolas municipais localizadas no campo em Itapejara D'Oeste a partir da década de 1990

Como já mencionamos, na história do município de Itapejara D'Oeste existiram ao todo 44 escolas no campo. Essas escolas foram sendo cessadas ao longo dos anos. No ano de 1994, verificamos que ainda existiam 29 escolas municipais no campo⁸, porém, desse total, restaram apenas 6 em 1997, ou seja, praticamente 80% das escolas existentes em 1994 são fechadas até o ano de 1997. Neste período ganha destaque a passagem do ano de 1995 para 1996, quando 16 escolas deixaram de existir. Estes fechamentos aparecem fortemente atrelados ao processo de nuclearização de escolas e à oferta do transporte escolar.

Não tivemos acesso a documentos na Prefeitura Municipal que nos permitissem identificar quando se iniciou o transporte escolar no município, mas de acordo com relatos informais algumas linhas de transporte escolar teriam iniciado nos anos 1990, na gestão do prefeito Darci Lucini (1989-1992), ainda com recursos próprios do município. Nas atas escolares das escolas que integraram nosso estudo de caso encontramos menções mais explícitas à oferta do transporte escolar e nuclearização das escolas municipais a partir de final de 1994. Isto nos permite perceber que o fechamento das escolas municipais e início das tentativas de fechamento das únicas escolas estaduais com a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental no campo (escolas estas que integraram nosso estudo de caso) estiveram fortemente atreladas à oferta do transporte escolar no município.

Segundo a professora Iracema Rossa Casagrande Gnoatto (2015), secretária municipal de educação atuante neste período⁹, uma das grandes dificuldades nas escolas no campo durante sua atuação foi a questão do número reduzido de estudantes dessas escolas. Assim, afirma que houve a necessidade de realizar um trabalho de nuclearização das escolas, utilizando-se do transporte escolar para conduzir as crianças até os núcleos escolares.

Assim, as escolas núcleos foram definidas considerando as comunidades onde a demanda de estudantes era maior, as escolas que possuíam uma estrutura física melhor e considerando uma organização do transporte escolar que conduzisse os estudantes e também os professores até os núcleos de cada região. De acordo com Gnoatto (2015), foram constituídos seis núcleos escolares: Escola Municipal Valentim Biazussi na localidade de Barra Grande; Escola Municipal Duque de Caxias na localidade de Palmeirinha; Escola

⁸ Chegamos a esse número por meio dos Relatórios Finais arquivados no Departamento Municipal de Educação.

⁹ Pelas assinaturas nos relatórios finais, concluímos que a professora Iracema atuou na secretaria municipal de educação 1993 a 2002 e depois de 2007 a 2008. Concedeu-nos entrevista na data de 15/06/2015.



Municipal Manoel Ribas na localidade do Ipiranga; Escola Professor Pedro Viriato Parigot de Souza no Bairro Guarani; Escola Municipal Senador Nereu Ramos na cidade e houve a necessidade de construção de mais uma escola nova na cidade, a Escola Municipal Irmão Josafat Kmita (GNOATTO, 2015).

Vale ressaltar que das seis escolas-núcleos citados acima por Gnoatto (2015), apenas três delas localizavam-se no campo: Escola Municipal Valentim Biazussi (única escola municipal ainda em funcionamento no campo), a extinta Escola Municipal Duque de Caxias¹⁰ e a extinta Escola Municipal Manoel Ribas¹¹. Duas das escolas-núcleos citadas já existiam na zona urbana e, como não foram suficientes para atender a demanda de estudantes dos anos iniciais oriundos do campo, houve a necessidade, de acordo com Gnoatto (2015), de construir mais uma escola na cidade. Isso evidencia um grande número de estudantes que precisaram ser conduzidos para a zona urbana, indicando que mais núcleos escolares poderiam ter permanecido no campo. Porém, a opção foi construir escola na zona urbana e transportá-los para lá.

Esta situação não ocorreu especificamente em Itapejara D'Oeste, de acordo com Farias (2014), na região Sudoeste do Paraná, durante os processos de nuclearização de escolas, apenas alguns municípios fizeram a opção por nuclearizar as escolas no campo. Na maioria dos casos as crianças foram transportadas para as regiões urbanas.

4- Cenário atual do transporte escolar e das escolas no campo em Itapejara D'Oeste

Diante do exposto, chegamos ao cenário atual que explanaremos a seguir. A partir dos dados finais do Censo Escolar de 2014 montamos a tabela abaixo, pela qual apresentamos todas as instituições escolares do município que ofertam a Educação Básica, seus respectivos números de matrículas, a quantidade de estudantes que utilizam o transporte escolar por instituição escolar e a zona de residência dos mesmos: zona urbana ou rural. Os dados evidenciam que 1111 estudantes matriculados na Educação Básica em Itapejara D'Oeste utilizam transporte escolar, representando 49,88% do total de matrículas. Do total de

¹⁰ Cessada a partir do início do ano de 2011 (Resolução nº6921/12) pelo motivo de “falta de demanda para o regular funcionamento”.

¹¹ Cessada temporariamente no período de 2003 a 2004 pelo Decreto Municipal nº029 de 29/04/03 pelos motivos de “falta de demanda de alunos e nuclearização das escolas municipais”. Prorrogação da cessação temporária no período de 2005 a 2006 pelo Ato Administrativo nº106/05 de 28/03/05. Cessada definitivamente pela Resolução nº3334/07 a partir do início do ano letivo de 2007.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estudantes que utilizam o transporte escolar, 512, ou seja, 46,08% são oriundos do campo. Dos estudantes oriundos do campo e que utilizam o transporte escolar apenas 26, ou seja, 5,08% se deslocam para as escolas localizadas no campo, sendo que a grande maioria 486 estudantes, ou seja, 94,92% são transportados para escolas urbanas.

Tabela 11: Instituições escolares em Itapejara D'Oeste, matrículas, número de estudantes que utilizam transporte e origem dos mesmos – ano de 2014.

Escola	Localização	Dependência Administrativa	Oferta	Matrículas	Transporte e escolar	Zona urbana	Zona rural
Carlos Gomes*	Rural	Estadual	EF anos finais e Ens. Médio	62	44	28	16
Castelo Branco	Urbana	Estadual	Ens. Médio	470	116	31	85
Criança Feliz	Urbana	Municipal	Ed. Infantil	104
Isidoro Dumont	Urbana	Estadual	EF anos finais	586	321	159	162
Josafat Kmita	Urbana	Municipal	EF anos iniciais	112	112	91	21
Nereu Ramos	Urbana	Municipal	Ed. Infantil e EF anos iniciais	587	364	184	180
Pedro V Parigot de Souza	Urbana	Municipal	EF anos iniciais	99	99	87	12
Pequeno Cidadão	Urbana	Municipal	Ed. Infantil	182	43	17	26
Valentim Biazussi	Rural	Municipal	EF anos iniciais	25	12	2	10
TOTAL				2227	1111	599	512

Fonte: Elaboração própria a partir das informações disponíveis em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>. Acesso em 19 out. 2015.

* A partir de 2015 essa instituição escolar não ofertou o Ensino Médio.



... Dados não existentes na fonte pesquisada.

É importante destacar que no ano de 2014 as únicas instituições escolares localizadas no campo, Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes e Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi, faziam o atendimento desde os anos iniciais do Ensino Fundamental¹² até o Ensino Médio. A etapa do Ensino Médio, porém foi cessada simultaneamente a partir de 2015 sob a justificativa de “demanda reduzidíssima de alunos”¹³, conforme e-mail repassado pela Superintendência de Desenvolvimento Educacional (SUDE) para chefia do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Pato Branco, que repassou à diretora da escola.

O município de Itapejara D'Oeste conta com um total de treze rotas de transporte escolar, sendo que oito são operadas pelo próprio município e cinco por empresas contratadas. Fizemos um levantamento de estudantes transportados pelos três ônibus escolares que passam pelas escolas localizadas no campo, ou próximo a elas, no ano de 2015. Os ônibus percorrem cinco comunidades localizadas na região Oeste do município: Sete de Setembro, São Pedro, Volta Grande, Lageado Bonito e Barra Grande.

Apresentamos a seguir números de estudantes transportados por comunidade e a instituição escolar de destino no ano letivo de 2015. A tabela contempla o total de estudantes transportados nos turnos matutino e vespertino.

Tabela 12: Número de estudantes transportados por comunidade e escola de destino no ano de 2015.

	Zona	Sete de Setembro	São Pedro	Volta Grande	Lageado Bonito	Barra Grande	Estudantes por escola
CEC Carlos Gomes	Rural	2	0	0	0	8	10
CE Castelo Branco	Urbana	6	0	1	7	9	23
EE Irmão Isidoro Dumont	Urbana	2	2	3	8	0	15
EM Nereu Ramos	Urbana	6	3	2	14	1	26
CEMEI Pequeno Cidadão	Urbana	3	0	0	4	5	12
EMC Valentim Biazussi	Rural	0	0	0	0	10	10

¹² Estudantes da Educação Infantil com idade para a turma pré-escolar também são atendidos pela Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi, porém são matriculados em uma escola urbana.

¹³ No ano de 2014 o Ensino Médio nesta instituição atendia um total de 12 estudantes nas três turmas: 07 na 1ª série; 02 na 2ª série; e 03 na 3ª série.



Total estudantes por comunidade	19	5	6	33	33	96
---------------------------------	----	---	---	----	----	----

Fonte: Elaboração própria a partir de informações adquiridas com os respectivos motoristas e contagem realizada pela pesquisadora de 27/10/2015 a 29/10/2015.

No ano de 2015, portanto, 96 estudantes das proximidades das escolas no campo são transportados, mas apenas 20 têm como escolas de destino as localizadas no campo, sendo que os outros 76 estudantes são transportados para as escolas urbanas¹⁴.

Dos três ônibus escolares que percorrem esta região, apenas um faz o percurso da sede do município diretamente em direção à escola no campo¹⁵, conduzindo alguns estudantes da zona urbana para o campo sem adentrar nas comunidades próximas à escola. Os outros dois veículos escolares percorrem as comunidades próximas, porém seguem o trajeto em direção às escolas localizadas na sede do município.

Podemos afirmar, até aqui, que as ações que conduziram a este cenário do transporte escolar e das escolas no campo no município descumpriram o Artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que este artigo determina que o direito à educação da criança e do adolescente deve estar atrelado à garantia, entre outras coisas, do “acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência” (BRASIL, 1990). Da mesma forma, a Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, não chegou a ser seguida no município, pois esta resolução estabelece que, quando for necessária a adoção de nucleação de escolas e de transporte escolar, deve ser garantido o princípio do transporte intracampo, ou seja, do campo para o campo (BRASIL, 2008).

A pesquisa evidenciou várias reivindicações e apelos da comunidade local e escolar aos representantes do poder público municipal no sentido de modificar os trajetos dos ônibus escolares de forma a conduzir os estudantes das comunidades mais próximas para as instituições escolares no campo que compartilham o mesmo prédio escolar. Desta forma, haveria um redimensionamento das matrículas da escola municipal (anos iniciais do Ensino Fundamental) e também do número de matrículas da escola estadual (anos finais do Ensino Fundamental), porém essas reivindicações de mudanças nos trajetos dos ônibus escolares não foram atendidas e contribuem para que o número reduzido de estudantes dessas instituições escolares se mantenha ou reduza ainda mais.

¹⁴ Descontando-se 23 estudantes do Ensino Médio, que a partir de 2015 só há oferta na zona urbana, ainda restariam 53 estudantes que poderiam frequentar as escolas no campo, mas estão direcionados para as escolas urbanas.

¹⁵ Resultado de um acordo entre direção e prefeito para aumentar o número de matrículas do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes.



O Plano Municipal de Educação (PME) para o decênio 2015/2025 sinaliza alguns avanços. Para se atingir a Meta Nacional nº 2¹⁶, que trata da universalização do Ensino Fundamental de nove anos para a população de seis a quatorze anos, a primeira estratégia que o município se propõe é a manutenção do atendimento da “população do campo na Escola Municipal do Campo Valentim Biazussi e Escola Estadual do Campo Carlos Gomes, incentivando a permanência dos alunos em suas comunidades, priorizando o acesso as comunidades vizinhas” (ITAPEJARA D’OESTE, 2015, p. 02).

A estratégia nº16 prevê para o primeiro ano de vigência do plano a realização do “georreferenciamento de todo o transporte escolar do município” (ITAPEJARA D’OESTE, 2015, p. 03), porém, até o momento a reorganização do transporte escolar não ocorreu. Desta forma, a maioria dos estudantes das proximidades das instituições escolares no campo continuam sendo direcionados às instituições escolares da zona urbana. Consideramos um avanço o fato de que o PME contemple o texto que expomos acima. Temos a clareza que apenas o texto em si não garantirá sua efetivação. No entanto, possibilita que cobranças sejam realizadas para tal finalidade.

5- Considerações finais

O cenário atual do transporte escolar e das escolas no campo no município de Itapejara D’Oeste que apresentamos neste artigo é resultado de concepções, práticas e políticas que historicamente tem predominado em se tratando da educação escolar dos povos do campo.

A oferta e organização do transporte escolar a partir da década de 1990 atrelada aos processos de nuclearização de escolas municipais esteve vinculada à ideia de conduzir os estudantes para a cidade contribuindo de forma determinante para os processos de fechamento das escolas no campo. Atualmente, ainda prevalece no município a prática de conduzir os estudantes, mesmo nas redondezas das escolas que ainda resistem no campo, para a zona urbana culminando numa diminuição ainda maior do número de matrículas dessas escolas. Isto se torna um agravante na medida em que historicamente os poderes públicos tem tomado suas decisões relacionadas à educação pautando-se em uma visão apenas economicista com o intuito de conter gastos.

¹⁶ O Documento é composto por vinte metas, sendo que para cada uma são enumeradas estratégias visando o alcance da meta.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Como apontamos, essa ação de conduzir os estudantes para a zona urbana de forma mais intensa a partir da década de 1990 se reproduziu no país e esteve vinculada às políticas neoliberais que estabelecem um estado mínimo para os serviços sociais, entre eles a educação. A partir disso, resultaram políticas de transporte escolar, nuclearização e conseqüentemente fechamento de escolas no campo.

A pesquisa realizada salienta que os processos de fechamento de escolas no campo têm reforçado o descaso histórico com a educação dos povos do campo. Além disso, destacamos que as resistências em realizar mudanças no transporte escolar que direcionem os estudantes para as escolas no campo evidenciam também a negação ou a invisibilidade dos povos do campo enquanto sujeitos de direitos, portadores de cultura, conhecimento e de um modo específico de viver e trabalhar. Isto porque como pano de fundo tem-se a disputa por projetos de campo, assunto este que nos renderia outro artigo.

Cabe ressaltar que vemos no cenário do país novos ataques de políticas neoliberais e estado mínimo determinando cortes orçamentários destinados à educação. Com isso, fechamento de escolas no campo tendem a se acentuar. Em tempos de golpe à democracia e retrocessos em relação a políticas que amenizem as injustiças sociais, os sujeitos do campo, bem como os movimentos sociais que os representam deverão estar permanentemente em luta!

6- Referências

BRASIL. CASA CIVIL. **LEI Nº8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 09 fev. 2016.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 21 jun 2014.

FARIAS, M. I. **Os processos de territorialização e desterritorialização da Educação do Campo no Sudoeste do Paraná**. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” Faculdade De Ciências E Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://www.ippri.unesp.br/Home/pos-graduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/dissertacao_mariaisabelfarias.pdf> Acesso em 06 abr. 2015.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FERREIRA, F. de J.; BRANDÃO, E. C. Educação e políticas de fechamento de escolas do campo. In: VIII SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS NO SÉCULO XXI: 25 A 28 DE JUNHO DE 2012, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2012. 1 CD-ROM, p. 1-15. Disponível em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/educacao_e_politica.pdf.

[IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana\[itapejara-d'oeste\]infograficos:-historico. Acesso em: 24 de mar. de 2015.](http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana[itapejara-d'oeste]infograficos:-historico)

ITAPEJARA D'OESTE. **LEI Nº 1588/2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Itapejara D'Oeste para o decênio de 2015/2025. Itapejara D'Oeste, 2015.

LESKE, G. **A trajetória da educação rural no Paraná:** das escolas rurais às escolas do campo (1961 a 2006), 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Cascavel – PR, 2014. Disponível em: <http://200.201.88.199/portalpos/media/File/GILSON%20LESKE.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2015.

MARIANO, A. S.; SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. In: 6 Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais; 2 Seminário de Direitos Humanos. Toledo, PR. **Anais...** Toledo, Paraná: UNIOESTE, 2014, p. 1-16. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/trabalhocompleto.html>. Acesso em: 02 jul.2015.

RAMOS, L. M. P. de Carvalho. Escolas rurais consolidadas: a experiência paranaense. **Cad. Pesq.**, São Paulo (77): 19-23, maio 1991. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>. Acesso em: 05 jun 2014.

TIBUCHESKI, J. K. **Educação rural no município de Araucária/PR:** de escolas isoladas a escolas consolidadas. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná - UTP, Curitiba, 2011. Disponível em: http://tede.utp.br/tde_arquivos/1/TDE-2012-10-30T174521Z-277/Publico/EDUCACAO%20RURAL%20NO%20MUNICIPIO%20DE%20ARAUCARIA.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.

TORRES, J. C. ; SILVA, C. R.; MORAES, A. I. D. Escolas públicas no campo: Retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 262-272, 2014. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/962/338>. Acesso em: 08 abr. 2015.

VASCONCELLOS, E. A. de. Agrupamento de escolas rurais: alternativa para o impasse da educação rural? **Cad. Pesq.**, São Paulo, n.86, p. 65-73, ago. 1993. Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/894.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.